

CONTEXTUALIZANDO GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO CAMPO CIENTÍFICO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos
Isa Maria Freire

RESUMO: Relaciona os conceitos de gênero e diversidade sexual no campo científico da Ciência da Informação. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa, quanto à sua abordagem e documental, quanto aos seus procedimentos. Constrói um diálogo reflexivo entre os temas em investigação, apoiado na interpretação e aprofundamento teórico. Os estudos sobre gênero surgem tentando compreender as diferenças entre ser homem e ser mulher, tendo como ponto de partida a diferenciação biológica, mas perpassando também a socialização, a cultura, a sexualidade, a orientação sexual, a identidade e a expressão de gênero. Os resultados do levantamento bibliográfico apontam que os estudos de gênero e diversidade sexual são temas emergentes na área da Ciência da Informação.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero – Conceitos. Diversidade sexual. Ciência da Informação.

Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos

nonatobiblio@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1946724751658685>

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). Especialista em Gestão Universitária. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bibliotecário na Biblioteca Central do Campus da UFC.

Isa Maria Freire

isafreire@globo.com

<http://lattes.cnpq.br/8430720903326399>

Doutora e mestre em Ciência da Informação pelo convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora associada do Departamento de Ciência da Informação e docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Submetido em: 17/02/2019

Publicado em: 01/07/2019

1 INTRODUÇÃO

Este artigo vincula-se a pesquisa de tese em fase de desenvolvimento, intitulada "Regime de informação das políticas públicas estaduais para a população LGBTI+¹ no Brasil", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa original tem como objetivo geral analisar o regime de informação das políticas públicas estaduais para a população LGBTI+ no Brasil, identificando os elementos que o compõem (atores sociais, dispositivos e artefatos) e as ações de informação desenvolvidas. Nesta abordagem, explanaremos sobre os estudos de gênero, construindo o diálogo entre diversos autores que pesquisaram sobre o conceito de gênero e sua relação com a sexualidade humana e a diversidade sexual,

¹ Seguimos as orientações do Manual de Comunicação LGBTI+, publicado em 2018 pela Aliança Nacional LGBTI+ e a Rede GayLatino, quanto ao uso da sigla LGBTI+, referindo-se ao grupo social formado por lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais e demais pessoas que não se encaixam nas classificações para a orientação sexual, identidade e expressão de gênero (como travestis, *dragqueens*, *dragkings*, *crossdressers*, transformistas, agênero, gênero fluido, *queer*, não-binário e outras) (REIS, 2018).

fundamentando-se em uma revisão de literatura do tema no campo científico da Ciência da Informação.

Os estudos de gênero remontam ao século XX, no seio do movimento feminista, encontrando um campo fértil para desenvolvimento no meio acadêmico, sendo comumente atrelado aos campos científicos das Ciências Sociais, Ciências da Saúde, Psicologia e Educação. Esses estudos propunham uma visão de gênero enquanto construção social e categoria de análise, buscando diferenciar a dimensão biológica (anatomia definindo machos e fêmeas) da dimensão social e cultural (construção social sobre ser homem e sobre ser mulher).

Conforme analisado, os estudos de gênero permitem analisar as diferentes civilizações, em diversos períodos históricos, e os diversos fenômenos sociais como o trabalho, as religiões, a política, a educação, as guerras, a saúde, a sexualidade, bem como a esfera pública e privada das pessoas etc. Contemporaneamente, o conceito de gênero está em constante (re)construção, e definir um termo pode ser uma tarefa inglória, já que palavras carregam conceitos que tem significados diversos no tempo, espaço e área de conhecimento, ou mesmo que sempre estão sendo revistos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa, quanto à sua abordagem e documental, quanto aos seus procedimentos, seguindo a classificação de Gerhardt e Silveira (2009, p. 32). A pesquisa qualitativa caracteriza-se por:

descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

A pesquisa qualitativa nos permite compreender teórico-metodologicamente os estudos desenvolvidos na Ciência da Informação sobre a temática em destaque, bem como entender os conceitos de gênero, diversidade sexual e identidade de gênero.

Quanto à pesquisa documental, é aquela realizada a partir de documentos de natureza diversa e se constitui em técnica importante na pesquisa qualitativa, complementando informações obtidas por outras técnicas e desvendando aspectos essenciais dos fenômenos estudados (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Trata-se de uma revisão bibliográfica de literatura, porque engloba uma "metodologia de busca e acesso

a fontes de informação que auxiliam na compreensão de conceitos acerca da produção do conhecimento sobre um determinado tema" (BENTES PINTO; CAVALCANTE, 2015, p. 17).

Sendo assim, a pesquisa documental produziu uma "riqueza de informações" acerca dos temas propostos, construindo um "diálogo reflexivo entre as teorias e o fenômeno" em investigação, apoiada na interpretação e aprofundamento teórico acerca do estado da arte no campo científico da Ciência da Informação (DESLANDES, 2012, p. 36).

3 ESTUDOS DE GÊNERO

A relação entre homens e mulheres tem sido construída historicamente tendo por base o fator biológico. A pessoa com pênis deve se sentir como masculino e se comportar como homem. Seguindo essa linha, a pessoa com vagina, deve se sentir feminina e se comportar como mulher. A partir dos estudos sobre gênero, que se expandem no final dos anos 1960 sob influência do movimento feminista, passa-se a considerar também fatores culturais e sociais, que ultrapassam as diferenças naturais que distinguem os corpos de homens e mulheres.

Todavia, algumas ideias e discussões já haviam sido levantadas anteriormente. Segundo Carrara (2009), a antropóloga americana Margaret Mead, na década de 1930, estudou a questão dos 'papéis sexuais' (que mais tarde denominou-se gênero) em três tribos diferentes em Nova Guiné, e descobriu que não existia nas tribos uma relação direta entre o sexo do corpo e a conduta social de homens e mulheres. Mais adiante, em 1949 a escritora e filósofa existencialista Simone de Beauvoir escreveu o livro *O Segundo Sexo*. A obra reflete acerca as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, levantando a discussão sobre a inferioridade do feminino e das mulheres nessa sociedade moderna, caracterizada por um sistema de relações de poder e dominação. A citação "não se nasce mulher, torna-se mulher" buscava afrontar essa determinação "natural" de opressão da mulher (BEAUVOIR, 2008).

De acordo com Siciliano, Souza e Meth (2017, p. 146),

O conceito moderno do termo gênero surgiu no final dos anos 1960, quando o psiquiatra Robert Stoller – ao pesquisar meninos e meninas que, por causa de problemas anatômicos, foram criados como se fossem do sexo oposto – estabeleceu a diferença entre sexo e gênero. A partir desta pesquisa, publicada no livro "Sex and gender: on the development of masculinity and femininity", Stoller percebeu que existiam duas categorias: uma biológica, que demonstraria que o ser

humano, como espécie, precisa de diferenciação sexual para se reproduzir (sexo), e outra psicológica, que seriam os comportamentos atribuídos e esperados de cada sexo (gênero).

Portanto, o conceito de gênero surge para diferenciar-se do conceito de sexo biológico, questionando o órgão genital biológico como fator determinante para os papéis sociais e comportamentais das pessoas, bem como diferenciar a desigualdade e a opressão existentes entre homens e mulheres. Como caracteriza Heilborn (1994, p. 1)

Gênero é um conceito das ciências sociais que, grosso modo, se refere à construção social do sexo. [...] O conceito de gênero ambiciona, portanto, distinguir entre o fato do dimorfismo sexual da espécie humana e a caracterização de masculino e feminino que acompanham nas culturas a presença de dois sexos na natureza. Este raciocínio apoia-se na ideia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura.

Ou seja, as culturas elaboravam padrões que estariam associados às pessoas com corpos de homens (possuidores de pênis) e corpos de mulheres (possuidoras de vaginas). Conjuntamente, propagavam ainda uma sexualidade heterossexual como natural e padrão, pois o ato sexual entre homem e mulher era o considerado 'normal'. Os textos da historiadora norte-americana Joan Wallach Scott (1990a) expandem com essa perspectiva que ainda continuava propagando a dicotomia homem/mulher, ou seja, o gênero era compreendido como marcador da identidade dos sujeitos.

Scott (1990a, p. 14) propõe o gênero como "um elemento constitutivo de relações sociais baseadas na diferença percebida entre os sexos e é uma forma primária de dar significado às relações de poder". Através de uma perspectiva foucaultiana, a autora defende que a organização social humana e suas relações de poder se fundamentam nas diferenças percebidas entre os sexos. Scott (1990b, p. 86), ao apontar que essa diferença de sexo biológico era fator de desigualdade social, o gênero se apresenta como uma categoria historicamente determinada de análise das relações sociais dentro de uma perspectiva cultural. Scott (1998, p. 15) aponta que o gênero:

[...] não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social movediça

que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos.

A autora está propondo uma contestação aos binarismos historicamente determinados pela biologia, de homem/mulher e opressão/submissão, desconstruindo as relações de poder baseadas em diferenças biológicas, fragmentando cada uma dessas unidades, mas também considerando cada uma internamente, com suas coerências e paradoxos, implodindo essa dicotomia. Gênero agora trata-se de uma categoria analítica porque analisa o processo de construção histórica e cultural das identidades masculina e feminina, abordando as relações de poder que há entre os sexos, ressignificando-as simbolicamente.

Scott (1990a) aponta que ao surgir no seio do feminismo e da academia, as discussões sobre gênero surgem a partir da indignação com uma sociedade machista e opressora, ou seja, como um movimento de contestação às estruturas de poder impostas. Portanto, embora até aqui o significado genérico de gênero estivesse atrelado ao sexo, a partir de agora, devia ser compreendido com uma categoria que questiona as diferenças construídas socialmente.

A propósito, a filósofa Butler (2003) é outra pesquisadora norte-americana que contribui no entendimento do conceito de gênero, incluindo outros fatores importantes nas discussões sobre o tema, como a cultura, a identidade, o desejo e a prática sexual. Nessa perspectiva, a pessoa não pode ser vista como algo imutável e cristalizado, pois o conceito de identidade abre o leque para identidades plurais, por vezes até mesmo contraditórias e com possibilidades de transformação. Segundo a autora,

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual 'a natureza sexuada' ou 'um sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p. 25).

A autora também critica o conceito de gênero, colocando-o como um mecanismo de regulação acerca da noção do que é masculino e do que é feminino. Butler inclui a questão da performatividade, referindo-se a repetição de atos, gestos e signos, do âmbito cultural, que reforçariam a construção dos corpos masculinos e femininos. Assim, gênero é um ato intencional, um gesto performativo que produz significados (PISCITELLI, 2008).

Acrescenta-se que, segundo Butler (2003), não é possível separar gênero de outras questões políticas, sociais e culturais - como a sexualidade, a raça, a etnia, a classe social, a religião etc. Ou seja, ainda que a natureza biológica determine a genitália da pessoa e daí se exija um tipo de personalidade e padrões de comportamento para homem e mulher, outros fatores serão determinantes no comportamento social dele (MEYER, 2004, p. 43).

Essa articulação com outras categorias sociais denomina-se interseccionalidades, que segundo Piscitelli (2008, p. 266), oferece "ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades". Ou seja, essas categorias interagem simultaneamente, porém de forma desigual, nas pessoas que compõem a sociedade, que avaliam de forma distinta, por exemplo, um homem branco heterossexual e uma mulher negra lésbica. Exemplificando, ser um homem gay, masculino, rico e branco é mais tolerável do que ser um homem gay, 'afeminado', negro e pobre. Portanto, ao se colocar como categoria de análise social, as questões de gênero devem incluir também várias outras categorias sociais, englobando tantos outros conceitos, como raça, sexo biológico, a diversidade, a identidade de gênero, a orientação sexual etc.

Resumindo, os estudos sobre gênero surgem tentando compreender as diferenças entre ser homem e ser mulher, tendo como ponto de partida a diferenciação biológica, mas agora perpassando a socialização, a cultura e a sexualidade, se apresentando como uma categoria que ajuda no entendimento das diferenças biológicas em uma convivência permeada por relações de poder.

4 SEXUALIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL

Os estudos sobre gênero contribuem na compreensão da sexualidade humana e da diversidade sexual, sem apagar a dimensão biológica, mas incluindo outros fatores como a cultura e a identidade. Butler (2003) articula suas reflexões sobre gênero com o pensamento feminista, ligando a origem dos estudos de gênero com a luta por ampliação de direitos sociais e contra a discriminação das mulheres, e coloca que a diversidade sexual também segue essa linha. Para a autora, a sexualidade e o gênero são dimensões distintas que formam a identidade pessoal de cada pessoa. Corroborando, o documento *Elaborando Definições de Saúde Sexual*, da Organização Mundial da Saúde (2002, p. 5), conceitua sexualidade como:

[...] um aspecto central do ser humano ao longo da sua vida e engloba sexo, identidade e papel de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e

relacionamentos. A sexualidade pode envolver todas estas dimensões, mas nem sempre todas são vivenciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada por uma interação de fatores de ordem biológica, psicológica, social, econômica, política, cultural, ética, legal, histórica, religiosa e espiritual.

Concluimos, assim, que a sexualidade humana extrapola o ato sexual biológico, mas envolve várias dimensões: desejos, sensações, comportamento, fantasias, emoções, identidade. Da mesma forma como o gênero, a sexualidade também envolve um processo contínuo de construção da identidade, que acontece dentro de um contexto histórico, social e cultural específicos. Segundo o senso comum heteronormativo, o 'normal' é que ao nascermos com pênis e vagina, somos determinados como homem e mulher, respectivamente. O homem deve desejar a mulher e a mulher, o homem, devendo se unirem em casamento, formar família, procriar e povoar a sociedade.

Contudo, os estudos sobre gênero e sexualidade vem para romper com esse paradigma heteronormativo, reconhecendo que as pessoas nascem com determinadas capacidades biológicas (cromossomos, genitálias, gônadas, hormonais) que os classificam como macho e fêmea, mas que seu papel social, sua orientação sexual e sua identidade de gênero não são imutáveis, mas se constroem ao longo da vida. Cabe um adendo para incluir no debate sobre a divisão biológica as pessoas intersexuais, que nascem com características biológicas que não se encaixam no padrão homem macho/mulher fêmea.

Para entendermos os diversos conceitos contemporâneos ligados a gênero e sexualidade, recorreremos ao documento *Os Princípios de Yogyakarta*, referência internacional contemporânea nas discussões sobre a sexualidade, diversidade humana e garantia de direitos. A orientação sexual é definida como "uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por pessoas de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas" (PAINEL INTERNACIONAL..., 2007, p. 6). A orientação sexual envolve um padrão de atração sexual, emocional e afetiva para um grupo com determinado sexo biológico, não se constituindo em uma opção livre e voluntária². Padroniza-se quatro tipos principais de orientação sexual:

a) heterossexualidade (atração afetiva e/ou sexual por pessoas de sexo oposto);

² A expressão "orientação sexual" contrapõe-se a anteriormente utilizada "opção sexual". Sendo formada por um conjunto de dimensões da identidade do indivíduo e seu contexto, a definição do objeto de desejo e relacionamento não pode resultar de uma opção deliberada, mecânica e linear.

- b) homossexualidade (atração afetiva e/ou sexual por pessoas do mesmo sexo);
- c) bissexualidade (atração afetiva, sexual e erótica tanto por pessoas do mesmo sexo quanto pelo sexo oposto); e
- d) assexualidade (que na realidade, refere-se à ausência de atração sexual).

Ademais, reiteramos que, para além de qualquer tipologia ou classificação, a sexualidade humana é heterogênea, mutável e está condicionada a um contexto histórico e social sendo formada por uma multiplicidade de possibilidades. Assim, surgem novas formas de classificação, como a pansexualidade, a demisexualidade e a autosexualidade³ etc.. É importante destacar também que a divisão principal entre hetero, homo e bi é também uma classificação, e, portanto, arbitrária, criada para controle e dominação da sexualidade humana.

Quanto à identidade de gênero, é compreendida como

[...] a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos (PAINEL INTERNACIONAL..., 2007, p. 6).

Assim, a identidade de gênero diz respeito ao modo como a pessoa se percebe e se expressa individual e socialmente, seja homem ou mulher, independente ou não de sua anatomia. São três grupos principais:

- a) Cisgêneros, as pessoas que se identificam e se comportam conforme o seu sexo biológico;
- b) Transgêneros, são as pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído no nascimento; e
- c) Não-binários, que se referem as pessoas que questionam e transitam entre os gêneros e os papéis sociais que lhe são atribuídos.

Ressaltamos novamente que a classificação é criada para fins de entendimento, mas o gênero e a sexualidade ultrapassam as barreiras que a classificação impõe. Por exemplo, a palavra "transgênero" e sua forma abreviada, "trans", podem ser utilizadas para reunir, numa só categoria, travestis e transexuais, referindo-se aos sujeitos que transitam entre um gênero e outro. As travestis vivem cotidianamente sua

³ Pansexualidade: orientação sexual caracterizada pela atração sexual ou romântica por outras pessoas, independentemente do sexo e gênero destas. Demisexualidade: atração sexual apenas em alguns casos em que anteriormente se estabeleceu um forte vínculo emocional ou íntimo. Autosexualidade: atração que se sente por si mesmo.

identidade de gênero feminina, mas podem não sentir desconforto com sua anatomia, e de maneira geral também não possuem a necessidade de fazer a cirurgia de redesignação sexual. Pessoas transexuais geralmente sentem uma inadaptação ao seu corpo, possuindo o desejo de encaminhar um tratamento hormonal ou mesmo cirurgia de redesignação sexual para alcançar o corpo referente ao sexo desejado⁴.

O sexo biológico, a orientação sexual e a identidade de gênero podem estar relacionados, mas também são dimensões distintas da identidade humana. Por exemplo, ser homossexual não necessariamente deve fazer um homem se sentir e se expressar menos masculino, ou uma mulher menos feminina. Outro caso, é que uma mulher transexual (que nasceu com genitais masculinos, mas assumiu uma identidade de gênero feminina), quando se relaciona com homens, é heterossexual, e caso se relacione com mulheres, é homossexual. E reafirmamos que todas essas identidades e orientações não são rígidas ao longo da vida, podem mudar ao longo do tempo, permitindo que as pessoas vivam sua sexualidade e sua identidade como elementos fluídos, menos sujeitos a restrições e classificações.

5 MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+

Entender essas conexões relacionadas aos estudos de gênero contribuem para compreendermos de que forma essas transformações se apresentam nas sociedades contemporâneas. Foucault (2005) relacionou o desenvolvimento do capitalismo com a segmentação das pessoas a partir de suas práticas sexuais. O autor reforça a relação entre poder, gênero e sexualidade: quem não se encaixa no padrão de sexualidade considerado "normal", a heterossexualidade, de imediato transforma-se em pária. Historicamente, a partir do final do século XIX, as instituições de regulação social, como a Ciência e as religiões, reforçaram a adoção do termo homossexualismo, com o intuito explícito ou implícito de apontar como pecado/enfermidade o relacionamento afetivo-sexual entre pessoas de um mesmo sexo⁵.

⁴ Temos ainda outros grupos sociais ligados a identidade de gênero, como por exemplo: *Crossdresser*: pessoa que gosta de usar ocasionalmente roupas características do gênero oposto, geralmente em ocasiões específicas. *Dragqueen*: homens que se vestem como mulher de maneira caricata com o intuito de realizar performances artísticas, que incluem canto e dança. *Drag king*: mulheres que se vestem como homem de maneira caricata com o intuito de realizar performances artísticas, que incluem canto e dança.

⁵ O sufixo *ismo* é utilizado na linguagem médica para indicar um tipo de patologia, doença ou anomalia. Nesse caso do termo 'homossexualismo', estaria perpetuando os desejos e as práticas homossexuais como uma doença. O termo "homossexualidade" deve ser o utilizado para designar a orientação sexual.

Segundo Butler (2003) o estabelecimento do padrão heteronormativo (modelo de relação homem cis x mulher cis) reafirma a percepção do homossexual como uma pessoa imoral, sendo uma ameaça à ordem social e à família. A filósofa norte-americana destaca o caráter compulsório da heterossexualidade, que desde a gestação no útero da mãe, não admite um sujeito ser outra coisa além de um homem ou uma mulher. Desde então criam-se expectativas, impõe-se um padrão de comportamento e determina-se a forma legítima de amor e desejo, a heteronormatividade. No decorrer da vida essas disposições em relação ao que é esperado do gênero masculino e do feminino continuam sendo estimuladas e as expressões divergentes desse padrão, como a homossexualidade e a transexualidade, são condenadas, assumindo o caráter de comportamento anormal, ilegal⁶ ou mesmo patológico.

Ademais, segundo Espíndola (2015, p.2), desde a segunda metade do século XX temos vivenciado o momento de “diversidade de pensamentos e a pluralidade de atores incluindo as minorias sociais, políticas e sexuais”. A sociedade contemporânea tem experimentado o desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e de comunicação, sendo caracterizada com denominações variadas: sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem, sociedade em rede, sociedade pós-moderna, dentre outras. Independentemente da designação adotada, desde a Segunda Guerra Mundial, o mundo tem passado por momentos de rupturas de paradigmas, repensando diversas concepções normativas, inclusive àquelas ligadas a sexualidade e às identidades de gênero.

Um desses momentos tem início em 28 de junho de 1969, quando acontece a Rebelião de Stonewall, em Nova York, Estados Unidos. Na ocasião, travestis, *dragqueens*, gays e lésbicas entraram em confronto com os policiais da cidade, após uma série de abusos sofridos. O referido movimento estimulou outras mobilizações similares em defesa dos direitos LGBTI+ ao redor do mundo, o que justifica o fato de a data de 28 de junho ser celebrada, mundialmente, como o "Dia do Orgulho LGBTI+".

A partir da década de 70, a necessidade imperiosa de reconfigurar visões hegemônicas, as quais, por tanto tempo, perpetuaram desigualdade, discriminação, ódio e até mesmo morte, levam à organização do movimento homossexual, tendo como bandeira de luta a descriminalização e despatologização das sexualidades não normativas. Resultou que em 1974, a Associação Norte-Americana de Psiquiatria (APA) deixou de

⁶ Em reportagem recente, de julho de 2018, informa-se que a homossexualidade é crime em 72 países. Ainda, em 13 países preveem pena de morte (BIANCHIN, 2018).

considerar a homossexualidade como transtorno mental, mas continuou a considerá-la como uma perturbação da orientação sexual até 1986, quando a excluiu do seu Manual de Diagnósticos e orientou seus membros a não usarem mais os códigos que patologizassem a homossexualidade. Em 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) excluiu o termo homossexualismo da sua Classificação Internacional de Doenças (CID), declarando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão”.

No Brasil, em 1985 o Conselho Federal de Medicina retirou homossexualidade da condição de desvio sexual. Somente no ano de 1999, o Conselho Federal de Psicologia divulgou a Resolução nº 001/1999, contendo as "Normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual". Determinavam que os profissionais não deveriam exercer serviços de tratamentos ou cura da homossexualidade, apontando dessa forma para a patologização da orientação sexual. Neste ano de 2018, a OMS anunciou a retirada da transexualidade da lista de doenças mentais em sua nova versão da CID.

No livro *Sopa de letrinhas?* a antropóloga Regina Facchini (2005) classifica a história do Movimento LGBTI+ brasileiro em três ondas, desde a Ditadura Militar até os anos mais recentes. No Brasil, nos anos de 1960, início da Ditadura Militar, as iniciativas a favor da diversidade sexual começam a germinar e ganhar força em meio aos outros movimentos pela democracia, cidadania e direitos civis que aconteciam no país. Por exemplo,

O movimento feminista brasileiro, através da reivindicação pela liberdade sexual, abriu caminhos para o ainda embrionário movimento LGBT se formar e se empoderar. Em conjunto, buscavam uma organização social baseada em novas formas de conjugalidade e modelos de família, confrontando com os dogmas religiosos que pregavam o relacionamento sexual somente voltado para a procriação. Aos poucos, o movimento LGBT passa a adquirir visibilidade e reivindicar sua cidadania (ESPÍNDOLA, 2015, p. 4).

De acordo com Facchini (2005), essa primeira onda do então chamado Movimento Homossexual Brasileiro (1978-1983), alinhava-se ao Movimento Feminista e ao Movimento Negro, na luta contra o autoritarismo e a repressão sexual, atuando principalmente no eixo Rio-São Paulo. Tinha como experiências seminais de organização política o grupo Somos de Afirmação Homossexual, de São Paulo, e o jornal carioca *Lampião da Esquina*, constituindo-se em espaços de reflexão acerca da realidade da época e de afirmação da diversidade sexual.

No ano de 1980 é formado o primeiro grupo de lésbicas a partir de uma cisão do Somos, e é criado o Grupo Gay da Bahia (GGB), que passa a expandir a luta do movimento para o Nordeste, e

que foi o primeiro grupo formalizar suas ações como uma Organização Não-Governamental (ONG). Segundo Facchini (2005) o GGB encabeçou a luta para a despatologização da homossexualidade, pautando a retirada a homossexualidade do código de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

A partir do ano de 1984 inicia-se a segunda onda do movimento LGBTI+ no Brasil, perdurando até 1992. É um período marcado pelo aumento da visibilidade pública da homossexualidade, expansão de um mercado segmentado para o público LGBTI+ e a epidemia da AIDS. Facchini (2005) destaca a atuação dos grupos Triângulo Rosa e Atobá, do Rio de Janeiro, além do anteriormente citado Grupo Gay da Bahia, na luta contra a discriminação aos homossexuais em diferentes frentes: partidos, Poder Legislativo, organizações da sociedade civil, políticas públicas. Foi nesse período que o grupo Triângulo Rosa e o GGB formalizaram ações pela utilização da expressão “orientação sexual” ao invés do que era caracterizado como uma opção ou escolha. Tentaram inclusive incluir a expressão na Constituição de 88, infelizmente sem sucesso, mas que influenciou em legislações de âmbito estadual e municipal.

Adiante, a segunda onda é marcada também pela epidemia do *Human Immuno deficiency Virus* (HIV), causador da *Acquired Immune Deficiency Syndrome* (AIDS). Para fazer frente à expansão da AIDS, sua incidência primeira e significativa entre os homossexuais, bem como a demora governamental em desenvolver ações, o movimento LGBTI+ foi o pioneiro nas mobilizações contra a epidemia, atuando na assistência aos doentes e na organização e envio das demandas ao poder público.

A partir dessas primeiras ações que os governos passaram a elaborar políticas públicas de saúde específicas sobre a AIDS para o grupo social, bem como incentivar o desenvolvimento de pesquisas e a disseminação de informações visando à prevenção. Como os grupos tinham conhecimento e experiência no acesso à comunidade, participavam ativamente dos projetos financiados pelas estatais no combate a AIDS, resultando no aumento de grupos, expandindo o movimento LGBTI+ por todo o país. Contudo, devido à presença inicialmente maior da AIDS dentre os homossexuais, o preconceito e o ódio contra eles ficam acirrados, sendo a doença por vezes denominada de câncer gay e encarada como castigo divino.

Inicia-se a terceira onda do Movimento LGBTI+ (1992-2005), pavimentada pelo período anterior e também influenciada pelo neoliberalismo mundial da época, resultando no aumento no número de ONG que atuavam em campanhas de prevenção e pesquisas sobre a AIDS e o aparecimento de grupos LGBTI+ em diversos setores da sociedade (setoriais partidários, igrejas

inclusivas, universidades, grupos informais, etc.) (FACCHINI, 2005).

No ano de 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), atribuindo a temática dos direitos humanos o estatuto de política pública, conforme recomendação da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993. Contudo, essa primeira versão do PNDH não fazia nenhuma menção à população LGBTI+.

Nessa época, inicia-se uma segmentação dos grupos do Movimento LGBTI+, com uma diferenciação das agendas dos grupos de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, tendo cada coletivo demandas específicas. Resgatamos o conceito de interseccionalidade, já que articular gênero, orientação sexual e outros marcadores sociais resulta em clara diferenciação e desigualdade. As mulheres lésbicas negras têm negadas certas prerrogativas de gênero que homens homossexuais e brancos conservam, fazendo-as se aproximarem do Movimento Feminista ou do Movimento Negro. Travestis pautam em suas demandas a questão da prostituição que é silenciada em outras agendas conjuntas do movimento. Nesse período a articulação entre os grupos aumenta e são formados grupos nacionais que reúnem diversas organizações locais: a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Rede Afro LGBT. Essa nova forma de organização do movimento LGBTI+ resulta na realização das Paradas do Orgulho LGBTI+ em diversas cidades do país, na demarcação de pautas no âmbito legislativo e judicial e o consequente aumento da visibilidade na sociedade e na mídia (FACCHINI, 2005).

Em 2002, no último ano do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique, é divulgado o PNDH 2, que entre as 518 propostas de políticas públicas, agora reunia cinco alusivas à "orientação sexual" na "garantia do direito à liberdade, opinião e expressão" e outras dez propostas relativas à "garantia do direito à igualdade" de "Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais". Apesar de constituir-se marco importante, terminou por inicialmente nenhum órgão federal assumir a formulação das ações diante da iminente mudança de governo.

Segundo Pereira (2016), esse cenário da segmentação dos grupos do Movimento LGBTI+, o PNDH 2 e a pauta de políticas públicas de saúde devido à AIDS, vem de encontro com a formulação e implementação de políticas públicas afirmativas e participativas de direitos humanos e cidadania do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Um marco dessa confluência entre o

Movimento LGBTI+ e o Estado, ainda na terceira onda, foi o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), lançado em 2004, que propunha um conjunto de políticas transversais e interministeriais na promoção da cidadania da população LGBTI+ e o combate à homofobia. A partir desse cenário nacional ampliou-se também localmente as articulações com os governos estaduais e municipais, resultando na criação de coordenadorias locais LGBTI+ específicas ligadas aos poderes executivos nacional, estaduais e municipais.

Pereira (2016, p. 123), baseado em Facchini (2005), lista outras características dessa terceira onda:

Também neste período observa-se o surgimento de um mercado segmentado para a população LGBTI+ e grupos universitários de pesquisa e ativismo, principalmente com as políticas de expansão de vagas e democratização do Ensino Superior gestadas no governo petista. Ampliaram-se também os canais de interlocução entre Movimento LGBTI+ e Estado (em todas as esferas do Poder Executivo) através de uma maior participação social por meio de Conferências e Conselhos de direitos.

No ano de 2008, o Governo Federal organizou a I Conferência Nacional LGBT, que tinha como tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”. O Governo objetivava elaborar as diretrizes para a implementação de políticas públicas para a promoção da cidadania e dos direitos humanos de pessoas LGBTI+, através do Programa Brasil Sem Homofobia. Os eixos temáticos da conferência revelavam as áreas que as ações se estenderiam: Direitos Humanos, Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública, Cultura, Comunicação, Turismo, Trabalho e Emprego, Previdência Social, Cidades e Esportes. A essa primeira conferência, seguiu-se ainda a realização da segunda (2011) e terceira (2016) Conferência Nacional LGBTI+, constituindo-se em uma plataforma de articulação, manifestação política, negociações e reivindicações junto ao poder público.

Ressalta-se também a necessidade do fortalecimento de movimentos sociais LGBTI+ em parceria com outros grupos sociais marginalizados, como mulheres, negros, índios, dentre outros segmentos, que lutam contra o discurso tradicional e os valores dominantes de silenciamento, na busca pelo reconhecimento de sua cidadania, direitos civis e identidade. Espíndola (2015, p. 5) contextualiza epistemologicamente tais fenômenos sociais:

Esses movimentos [...], evidenciaram em suas lutas que a desigualdade estava muito além das injustiças econômicas e da divisão de classes. Contemporaneamente, podemos entender os movimentos sociais como uma rede que conecta

sujeitos e organizações, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas em permanente constituição, que buscam reconhecimento de sua cidadania na sociedade civil.

A luta dos movimentos sociais em rede converge elementos políticos, como a luta pela eliminação de desigualdades, e elementos sócio-culturais, como a busca pela liberdade de escolha de um estilo de vida diferente do propagado como “correto”, construindo, assim, noções de identidade, representação, democracia e cidadania. Por essa razão que, constantemente, as reivindicações de diferentes grupos se interseccionam questionando as normas e estruturas relacionadas à heterossexualidade compulsória, patriarcado, racismo, fundamentalismo religioso e outras ideologias que buscam definir e controlar os indivíduos.

Hoje, já se passaram 13 anos desde o marco temporal da terceira onda de Facchini (2005). Pereira (2016, p. 123) caracteriza esse período desde então como uma “quarta onda”, que tem como características a interiorização do movimento LGBTI+, confluência entre sociedade civil e Estado, aumento dos espaços de participação social no poder público (conferências, conselhos, grupos de trabalho etc.), reação do conservadorismo nos espaços políticos e deliberativos, maior organização e visibilidade dos diversos segmentos da sigla LGBTI+ e maior participação da academia, através de núcleos, observatórios, disciplinas, eventos e grupos de pesquisa com temas relativos à gênero e diversidade sexual.

Tendo encontrado receptividade no Governo Lula, o movimento LGBTI+ voltou seu foco para atuar junto ao Poder Executivo, participando da construção de algumas ações:

- a) criação do Brasil Sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, em 2004;
- b) realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008;
- c) lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT, em 2009;
- d) publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3, em 2009;
- e) criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, em 2010; e

- f) implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, com representação paritária do governo federal e da sociedade civil. (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012, p. 408).

Chegamos ao governo da Presidenta Dilma Rousseff, que realizou em seu primeiro ano, 2011, duas importantes ações: instalação do Conselho Nacional LGBT, efetivando a nível nacional a representação da sociedade civil; e realização da II Conferência Nacional LGBT. Ademais dessas ações do Poder Executivo, cresce no Legislativo Federal pressões conservadoras por parte de parlamentares religiosos e grupos fundamentalistas, como a bancada da bíblia. Utilizando-se da pauta progressista como moeda de troca para votações em outras agendas do governo, a Presidenta cancela o Projeto Escola Sem Homofobia, que vinha sendo desenvolvido no Ministério da Educação, que tinha entre suas ações a distribuição de 6.000 "kits anti-homofobia"⁷, para o Ensino Médio das escolas públicas do país.

A Presidenta se vê então anulada na implementação de políticas públicas articuladas e de alcance nacional para a população LGBTI+. Contudo algumas iniciativas isoladas avançam discretamente. Através de portarias ministeriais, resoluções, decretos e outras legislações, o governo passa a garantir direitos no âmbito da administração pública federal em temas como saúde, previdência social, uso de nome social por travestis e transgêneros.

Diante da ausência de ações do Poder Executivo, e do conservadorismo dominante no Poder Legislativo, o Movimento LGBTI+ avança também em algumas questões junto ao Poder Judiciário. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade de votos, reconheceu as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo como entidades familiares. Em 2013 o Conselho Nacional de Justiça aprova Resolução 175, que impede os cartórios brasileiros de se recusarem a celebrar casamentos civis ou converter uniões estáveis homoafetivas em casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Já em seu segundo mandato, a Presidenta Dilma Rouseff implementou três ações voltadas para a população LGBTI+, antes do golpe político que resultaria em seu afastamento do cargo: lançamento do Humaniza Redes: Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet, em 2015; realização da III Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais, em 2016; sanção do Decreto 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de

⁷ Coletânea de livros, boletins e vídeos com conteúdos voltados para o combate a violência e o preconceito contra a população LGBTI+ nas escolas.

pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A partir de 2016, com o mapeamento da Presidenta eleita, o novo governo inicialmente extingue o Ministério dos Direitos Humanos (MDH), que vinha tocando a agenda LGBTI+, repassando suas pautas para o Ministério da Justiça. Em 2017 o MDH foi recriado, mas com os recursos federais reduzidos a zero para programas específicos de defesa da comunidade LGBTI+ (NALON, 2017).

Diante desse cenário em nível nacional, o movimento social LGBTI+ tem buscado alternativas junto ao Poder Judiciário, ou centrado suas ações no âmbito local, recorrendo a governos de estado, prefeituras, secretarias e outras ambiências do poder público. Resulta que, diante da inexistência de uma lei nacional que penalize a LGBTfobia como crime, alguns estados e municípios aprovaram leis que aplicam sanções na esfera civil, como advertência, multa e cassação de alvarás de funcionamento. Todavia, algumas fragilidades são apontadas nesse cenário, conforme Mello, Brito e Maroja (2012, p. 418)

- a) ausência de respaldo jurídico que assegure sua existência como políticas de Estado, livres das incertezas decorrentes das mudanças na conjuntura política, da homofobia institucional e das pressões homofóbicas de grupos religiosos fundamentalistas;
- b) dificuldades de implantação de modelo de gestão que viabilize a atuação conjunta, transversal e intersetorial, de órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, contando com a parceria de grupos organizados da sociedade civil;
- c) carência de previsão orçamentária específica, materializada no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); e
- d) reduzido número de servidoras públicas especializadas, integrantes do quadro permanente de técnicas dos governos, responsáveis por sua formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

Portanto, o Movimento LGBTI+ vive esse cenário de permanente luta na arena política, modulando as demandas específicas dos grupos plurais reunidos pela sigla LGBTI+, e reafirmando sua voz nos espaços sociais diante do antagonismo de grupos conservadores e opositores às suas pautas. Carrara (2009, p. 135) pauta a atual agenda de reivindicações:

[...] direito ao reconhecimento legal de relações afetivo-sexuais, à adoção conjunta de crianças, à livre expressão de sua orientação sexual e/ou de gênero em espaços públicos, à redesignação do "sexo" e à mudança do nome em documentos de identidade, ao

acesso a políticas de saúde específicas e, ainda mais fundamental, à proteção do Estado frente à violência por preconceito.

Atualmente, o movimento LGBTI+ segue a linha de luta contra discriminação e a violência e de reconhecimento da cidadania. Desde 2001, foi proposto o Projeto de Lei 5003, depois, transformado no Projeto de Lei 122/2006, que prevê a criminalização da LGBTfobia. Após tramitar por longos oito anos no Congresso Nacional, o PLC em pauta foi arquivado em dezembro de 2013, em razão de sua juntada à discussão do novo Código Penal brasileiro, em discussão há anos no Congresso.

Desde 2014 está em tramitação na Câmara dos Deputados o PL 7582, que inclui a LGBTfobia entre os crimes de ódio e de intolerância, e está até o momento aguardando parecer na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. A LGBTfobia refere-se ao preconceito, ódio, aversão e ações discriminatórias, como a homofobia, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia. Apesar de próximos, os termos em foco mantêm sua particularidade e traz visibilidade aos grupos reunidos na sigla LGBTI+. Sucintamente, esclarece-se que o termo homofobia se refere à aversão e ao ódio a homossexuais, expressão, às vezes, utilizada de forma genérica; outras vezes, especificamente ao homossexual masculino. A lesbofobia, por sua vez, nomeia o rancor e o ódio a lésbicas, enquanto bifobia designa a aversão e ódio a bissexuais e a transfobia, a aversão e ódio a travestis e transexuais.

Historicamente, pessoas LGBTI+ têm com frequência sido excluídas de suas famílias e assistido à negação de sua cidadania e de seus direitos civis. Preferem silenciar gestos de afeto e relações amorosas, do que lidar com a segregação, deboches, piadas, *bullying*, demissão do emprego, e atentados de violência verbal e física, culminando, em casos extremos, com o assassinato em decorrência de orientação sexual ou identidade de gênero diferente ao padrão da heterossexualidade. Em reportagem de janeiro de 2018, o Grupo Gay da Bahia divulgou que uma pessoa LGBTI+ foi morta a cada 20 horas em 2017 no Brasil. O GGB detalha que ao longo daquele ano, 445 LGBTI+ foram mortas no Brasil (FERNANDES, 2018). Provavelmente, o cenário é ainda pior, visto que os dados de violência não são contabilizadas porque as práticas de LGBTfobia não são tipificadas como crime de ódio pelo Código Penal Brasileiro, aliadas ao fato de que, com certa frequência, muitas vítimas preferem silenciar-se.

6 GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Evidencia-se que a Ciência da Informação (CI), enquanto uma Ciência Social Aplicada, pode propor e desenvolver pesquisas sobre os fenômenos e grupos sociais em pauta, cumprindo com

sua responsabilidade social de campo científico (FREIRE, 2001, 2004). Wersig (1993) coloca a responsabilidade social como o cerne da Ciência da Informação, caracterizando-a como ciência pós-moderna que lida com problemas contemporâneos e não somente preocupada com conceitos e enunciados. A temática da responsabilidade social tem sido alvo de muitos estudos em diversas áreas do conhecimento, pautando as agendas de pesquisas, de forma que a ciência possa contribuir para um mundo com diversidade, mais ético, sustentável e com mais qualidade de vida para os cidadãos. Ademais, a Ciência da Informação desde seus primórdios tem desenvolvido estudos acerca de sua responsabilidade social:

[...] a informação é um fenômeno que não se prende facilmente a conceitos e teorias gerais, estando relacionada a todas as áreas do conhecimento e se moldando aos interesses de cada uma delas. Além da dificuldade advinda da dinâmica própria ao seu objeto de estudo, construído a partir do olhar de várias disciplinas com as quais a Ciência da informação se relaciona, há uma complexa relação com o contexto histórico da sociedade ocidental, o que resulta em uma multiplicidade de abordagens (FREIRE; FREIRE, 2009, p. 9).

Cronin (2008) confirma que a perspectiva social na CI está presente desde os estudos da Biblioteconomia e, posteriormente, da Documentação. Harold Borko, na obra *Information science: what is it?*, de 1968, relaciona a Ciência da Informação como campo científico que tem como função social apoiar o avanço das demais áreas de conhecimento, devido ao seu domínio dos processos de comunicação, disseminação e compartilhamento de informações.

Wersig e Nevelling (1975, p. 134) corroboram com Borko: "o problema de transmissão do conhecimento, para aqueles que dele necessitam, é uma responsabilidade social, e esta responsabilidade social parece ser o real fundamento da Ciência da Informação". Wersig (1993, p. 234) avança na discussão, ao destacar que a Ciência da Informação

[...] exige o desenvolvimento de perspectivas que considerem a resolução de problemas internos ao campo científico e a estruturação do campo a partir dessa visão. [...] Estratégias têm que ser desenvolvidas para lidar com problemas sob condições caóticas, usando os conceitos disponíveis, ou "atratores", para organizá-los.

Freire (2004), ressalta que a CI tem como função social a facilitação da comunicação da informação e do conhecimento:

[...] embora a informação sempre tenha sido uma poderosa força de transformação, o capital, a tecnologia, a multiplicação dos meios de comunicação de massa e sua influência na socialização dos indivíduos deram uma nova dimensão a esse potencial.

Com isso, crescem as possibilidades de serem criados instrumentos para transferência efetiva da informação e do conhecimento, de modo a apoiar as atividades que fazem parte do próprio núcleo de transformação da sociedade.

González de Gomez (2003, p. 32) corrobora com essa dimensão social da informação: a CI deve atuar como ciência que se ocupa com questões informacionais, propondo estratégias numa sociedade cada vez mais complexa e globalizada:

A Ciência da Informação [...] estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, enquanto “informação” for definida por ações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam, aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem [...] o que se denomina informação constitui-se a partir das formas culturais de semantização de [...] experiência do mundo e seus desdobramentos em atos de enunciação, de interpretação, de transmissão e de inscrição.

Portanto, a Ciência da Informação deve ter por base os territórios já ocupados pela Biblioteconomia e demais áreas científicas que dialoga, atuando “para uma responsabilidade social que ultrapasse os tradicionais sistemas de recuperação da informação” e se ocupe de uma agenda científica voltada para a compreensão do mundo e a solução de problemas cada vez mais complexos que emergem a cada dia (SERAFIM; FREIRE, 2012, p. 166).

Um levantamento bibliográfico preliminar recuperou algumas iniciativas de pesquisas de autores da área acerca da categoria gênero como indicador científico, com artigos e trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais e nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Identificou-se iniciativas seminais da abordagem dos estudos sobre gênero na CI, ligadas às questões do papel da mulher na ciência e as diferenças de gênero na produção e âmbito acadêmicos (ESPÍRITO SANTO, 2008; BUFREM; NASCIMENTO, 2012; OLINTO, 2013).

Outras questões, como a diversidade sexual e de identidade de gênero, têm aparecido ainda de forma periférica, porém emergente. Especificamente sobre o grupo social LGBTI+ e a temática da diversidade sexual +, em artigo de 2016, Santos, Targino e Freire apresentam resultados de pesquisa bibliográfica sobre a produção científica brasileira no campo da Ciência da Informação acerca da temática, realizada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Utilizou-se os termos de busca

<sexualidade>, <diversidade sexual>, <LGBT> e <GLS>⁸, pesquisados nos campos título, resumo e palavras-chave, tendo como recorte temporal os artigos publicados entre os anos de 1972-2016.

Inicialmente, foram recuperados 16 artigos, aos quais passou-se a para a análise da linha editorial da revista, das informações contidas nas biografias dos autores (revelando sua formação científica ou instituição a que pertencem) e das palavras-chave dos artigos. Santos, Targino e Freire (2017) apontaram que dos 16 artigos indexados na BRAPCI, na realidade 15 artigos não pertenciam ao escopo da CI, mas sim de áreas correlatas e publicadas em revistas nacionais multidisciplinares, que não reúnem publicam somente do campo científico da CI. Apenas um artigo foi identificado pertencente ao campo científico da Ciência da Informação, apontando que a produção científica nos periódicos nacionais da Ciência da Informação acerca da temática diversidade sexual e especificamente sobre o grupo social reunido pela sigla LGBTI+ era, à época, praticamente inexistente.

Ademais, uma nova pesquisa necessitava ser feita para fins de atualização dos dados, e os resultados apontam para um interesse cada vez maior da área pela temática da diversidade sexual. Seguindo a mesma estratégia de busca, além dos 16 artigos anteriormente recuperados, publicados entre 1972-2016, a BRAPCI apontou para novos 15 artigos, que foram publicados somente no período de 2016 a julho de 2018. A análise individual de cada artigo resultou na exclusão de apenas um artigo à margem da área, sendo os outros quatorze pertencentes ao campo científico da CI, abordando temáticas como gênero e sexualidade na biblioteca escolar, organização da informação e pessoas transgênero, censura a livros com temática de gênero, fontes de informação sobre diversidade sexual, informação em espaços LGBTI+, dentre outras.

Outros dados que apontam para o incremento do debate sobre diversidade sexual na Ciência da Informação é a presença cada vez mais constante do assunto em eixos temáticos, programações e trabalhos apresentados em eventos, bem como artigos em periódicos da área, inclusive com a publicação de números temáticos sobre gênero. De acordo com Lima e Santos (2018, p. 1), buscando a institucionalização do debate,

Ainda em 2017, iniciou-se no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação um movimento para a criação de um grupo de trabalho temático acerca das questões de gênero e diversidade sexual ligado à FEBAB. Movimento similar tem sido endossado por um grupo de pesquisadores

⁸ A expressão GLS já foi amplamente usada para designação desse grupo de indivíduos hoje representados pela sigla LGBTI+.

para que seja criado um GT na ANCIB que abarque essas e outras temáticas ligadas à perspectiva social da informação.

Diante do cenário mundial de retrocessos em Direitos Humanos, avanço do conservadorismo, a Biblioteconomia e a Ciência da informação devem continuar problematizando a temática. De acordo com Capurro e Hjørland (2007), sendo uma ciência ainda jovem, a CI vem buscando demarcar seu objeto de estudo, fortalecendo seu campo científico e sedimentar-se perante a comunidade científica. Sendo incluída entre as Ciências Sociais Aplicadas, e tendo como objeto a informação, a CI deve ultrapassar seu paradigma físico, atendo-se também ao seu paradigma social, no sentido de se debruçar sobre as relações entre grupos sociais, documentos, contextos, discursos, organizações e as políticas e regimes de informação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de informação ou a disseminação de informações errôneas favorece a ignorância, o preconceito, a aversão e a negação do que é diferente. Agora a informação precisa atravessar as fronteiras, e estabelecer-se como "[...] a mais poderosa força de transformação do homem" com a "capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo" (ARAÚJO, 1994, p. 82).

A informação, é um fator essencial que conduz para a inclusão e ao empoderamento de atores sociais. Assim, trata-se de uma responsabilidade social da Ciência da Informação desenvolver pesquisas e propor ações e políticas de informação que contribuam para a inclusão dos diversos grupos sociais, e especificamente as minorias sociais, ou seja, os grupos marginalizados, por estarem, permanentemente, à mercê da exclusão, da discriminação, do preconceito e até mesmo da violência. O acesso à informação se impõe como um direito fundamental para a inclusão, bem como a construção e reconhecimento de identidade e cidadania na sociedade o exercício da cidadania.

No caso das pessoas LGBTI+, a informação contribui ainda para romper com conceitos preestabelecidos, sejam eles advindos da cultura machista ou do conservadorismo. Conforme apresentado, a Ciência da Informação, enquanto área multidisciplinar, vem refletindo sobre as temáticas gênero, diversidade sexual e o grupo social reunido sob a sigla LGBTI+, ainda que estágio incipiente, mas de forma emergente. Nessa continuidade, deve continuar no desenvolvimento de estudos e proposição de ações que solucionem questões de informação para que gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais possam se inserir e participar ativamente da sociedade, frente ao preconceito e a discriminação, contribuindo para uma sociedade justa e igualitária.

CONTEXTING GENDER AND SEXUAL DIVERSITY IN THE SCIENTIFIC FIELD OF INFORMATION SCIENCE

ABSTRACT: Relates the concepts of gender and sexual diversity in the scientific field of Information Science. The methodological procedures characterize the research as qualitative-quantitative, as regards its approach and documentary, regarding its procedures. Builds a reflective dialogue between the subjects in research, supported the interpretation and theoretical study. Studies on gender arise from trying to understand the differences between being a man and being a woman, starting from biological differentiation, but also from socialization, culture, sexuality, sexual orientation, gender identity and expression. The results of the literature review indicate that studies of gender and sexual diversity as emerging issues in the field of Information Science.

KEYWORDS: Gender - Concepts. Sexual diversity. Information Science.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BENTES PINTO, Virgínia; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Pesquisa bibliográfica e documental: o fazer científico em construção. In: BENTES PINTO, Virgínia; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; CAVALCANTE, Lídia Eugênia (Org.). **Aplicabilidades metodológicas em Ciência da Informação**. Fortaleza: UFC, 2015.

BIANCHIN, Victor. Os 10 países mais perigosos para ser gay. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/os-10-paises-mais-perigosos-para-ser-gay/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n.1, p. 3-5, Jan. 1968. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/k---artigo-01.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva do. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-214, dez. 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARRARA, Sergio. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS. **Gênero e diversidade na escola**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CRONIN, Blaise. The sociological turn in information science. **Journal of Information Science**, v. 34, p. 465-475, 2008.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ESPÍNDOLA, Carolina Bonoto. Cidadania na sociedade em rede: o ciberativismo e o combate à LGBTfobia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 3. 2015, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2015.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDES, Yuri. **Homofobia deixou 445 mortos em 2017**. 2018. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/inclusao-social/homotransfobia-445-mortos-em-2017/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2005.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2009.

FREIRE, Isa Maria. A responsabilidade social da Ciência da Informação na perspectiva da consciência possível. **DataGramZero**, v. 5, n. 1, fev. 2004.

FREIRE, Isa Maria. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (Doutorado em Ciência

da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

FREIRE, Isa Maria. Sobre o regime de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 70-86, jan./jun. 2013b.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003.

HEILBORN, M. L. De que gênero estamos falando?. **Sexualidade, Gênero e Sociedade**, v. 1, n. 2, 1994.

LIMA, Gláucio Barreto; SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos. Presença da temática LGBT nos catálogos de bibliotecas das IFES no Ceará. In: PAINEL BIBLIOTECONOMIA EM SANTA CATARINA, 36., 2018, Florianópolis. [**Anais...**]. Florianópolis: ACB, 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, v. 39, p. 403-429, jul./dez. 2012.

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e Políticas de Gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 8-13, jan./fev. 2004.

NALON, Tai. **Governo Temer reduz a zero repasses a políticas contra homofobia**. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/29/governo-temer-zera-repasses-a-politicas-contr-homofobia-planalto-diz-fazer-campanha.htm>. Acesso em: 17 abr. 2019.

OLINTO, Gilda. Indicadores de Recursos Humanos em ciência e tecnologia e diferenças de gênero: persistência ao longo do tempo. In: HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini (Org.). **Bibliometria e cientometria**: reflexões teóricas e interfaces. São Carlos: Pedro & João, 2013, p. 149-160.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Growing in confidence**: programming for adolescent health and

development: lessons from eight countries. Department of Child and Adolescent Health and Development, 2002.

PAINEL INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS EM LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO. **Princípios de Yogyakarta**. Yogyakarta, 2007.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 115-137, jan./jun. 2016.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul/dez. 2008.

REIS, T. (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; TARGINO, Maria das Graças; FREIRE, Isa Maria. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 114-135, 2017.

SCOTT, Joan. **La citoyenne paradoxale**: les féministes françaises et les droits de l'homme. Paris: Albin Michel, 1998.

SCOTT, Joan. **A matter of record**: documentary sources in social research. Cambridge: Cambridge Polity, 1990b.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 05-22, 1990a.

SERAFIM, Lucas Almeida; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Ação de responsabilidade social para competências em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 155-173, jul./set. 2012.

SICILIANO, Mell; SOUZA, Cleiton da Mota de; METH, Clara de Mello e Souza. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 144-165, maio/ago. 2017.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, 1993.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, 1975.